

## UMA MODERNIZAÇÃO ENTRE OUTRAS?\*

A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro, de *Jessé Souza*. Brasília: Ed. UnB, 276 pp.

**Sérgio Costa**

Para quem vinha acompanhando as contribuições recentes de *Jessé Souza*, este livro não chega a ser uma surpresa. A combinação feliz de rigor analítico, consistência teórica e originalidade temática, encontrada nos trabalhos anteriores, repete-se no volume atual, ganhando nele um tratamento ainda mais refinado. Não sendo uma surpresa, o livro constitui porém uma bela novidade, e por boas razões.

Já há algum tempo as ciências sociais brasileiras — premidas talvez pelo caráter quantitativo dos mecanismos de avaliação de produtividade — especializaram-se na produção de coletâneas, as quais, mesmo não sendo necessariamente uma forma menor de divulgação de trabalhos científicos, não podem obviamente se tornar o formato exclusivo. Livros, no sentido forte do termo, são poucos: a maior parte deles resultado de teses de mestrado ou doutorado e marcados, muitas vezes, pela linguagem artificial e insegura, e com preocupações cuja relevância teórica ou política nem sempre fica evidente. Nesse sentido, *A modernização seletiva* é de fato um belo empreendimento intelectual, articulado em torno de uma tarefa imodesta e de importância iniludível: "reinterpretar o dilema brasileiro".

A outra razão para saudar a aparição desta obra reside em sua perspectiva analítica. Para além de seu papel acadêmico e heurístico de decifrar nossa

formação social, parece ter cabido, historicamente, às ciências sociais brasileiras — como em muitos outros países — uma tarefa política de peso: conferir validade científica a uma certa ideologia da modernidade. Vistas sob a lente dessa forma ideologizada de ciência, as particularidades do "ser" do desenvolvimento brasileiro são decodificadas como um lapso de tempo e de transformações necessárias para que o "dever ser" de um outro Brasil, moderno e pujante, viceje sobre as cinzas da republiqueta de tantos vícios. Talvez não fosse incorreto postular que *Jessé Souza* se faz, com seu novo livro, porta-voz de uma geração de cientistas sociais brasileiros crescidos sob a égide dos governos militares e seu devaneio de modernizar o Brasil a pauladas. Daí que tal geração não veja qualquer razão para se inebriar pelas promessas — de resto não cumpridas — das teorias da modernização e de sua contraparte necessária: a auto-representação do Brasil como emblema do atraso. A tentativa de *Souza* consiste precisamente em, por um lado, desenvolver uma análise da modernização brasileira que não seja orientada por uma imagem teleológica — as sociedades americana ou norte-européias como farol a indicar o que falta ao Brasil para ser moderno — e, por outro, em evitar a idealização folclorizada da miséria que transforma os efeitos perversos da "modernização seletiva" em singularidade exótica a ser preservada (recorde-se aqui o elogio abjeto às virtudes "lúdicas do pobre brasileiro"). Em ambos os sentidos a empreitada é concretizada, em boa medida, de forma bem-sucedida.

Na primeira parte do livro o autor explicita os pressupostos teóricos de sua análise, selecionando aspectos das obras dos pensadores considerados essenciais para o desenvolvimento de seu argumento, quais sejam, Max Weber, Norbert Elias, Jürgen

(\*) Parte desta resenha foi publicada no *Jornal do Brasil*, caderno "Idéias", 21/04/2001.

Habermas e os filósofos neo-hegelianos ligados à teoria do reconhecimento social, Axel Honneth e mais detidamente Charles Taylor. A segunda parte se inicia com uma análise sumária dos processos de modernização dos Estados Unidos e Alemanha, que — descontada uma ou outra insuficiência própria à brevidade com que o tema pôde ser tratado em tal âmbito — fundamenta adequadamente as consequências que Souza extrai dos casos para seu argumento. Trata-se sobretudo de desfazer a imagem mítica da modernização ocidental como um desenvolvimento orientado por um "princípio uno, absoluto e livre de contradições" (p. 157).

Delineadas dessa forma as fronteiras de sua análise, Souza passa ao núcleo do empreendimento proposto. Toma dois autores clássicos das ciências sociais brasileiras, Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro, além de Roberto DaMatta, que, se não chega a ser um clássico, foi responsável por uma importante e incontestada popularização da reflexão científica no Brasil. Tratados em suas diferenças, esses autores apresentam, conforme Souza, um ponto de partida comum: a visão de que boa parte das mazelas brasileiras deriva-se da herança ibérica, nela compreendido um conjunto de instituições políticas e sociais, além de determinados padrões culturais.

A crítica a Sérgio Buarque tem como alvos o "personalismo atávico", núcleo e pressuposto da tese sustentada pelo autor de *Raízes do Brasil*, e a suposição de que são os imigrantes, sobretudo italianos e alemães, que introduzem, a partir do século XIX, os valores do individualismo no país. Para Souza, essas postulações desconsideram desenvolvimentos e reconfigurações históricas importantes, para além e a despeito de supostos atavismos. Assim, não seria a chegada de imigrantes, mas a coetânea consolidação de duas instituições fundamentais, o Estado e o mercado, que estaria associada à difusão dos valores "ocidentais" e à forma particular de seu enraizamento na sociedade brasileira.

Já a crítica à tese do patrimonialismo do Estado, conforme os termos de Faoro, apóia-se num argumento histórico e num outro analítico-teórico. Historicamente, Souza mostra que a oposição postulada por Faoro entre sociedades como a brasileira, penalizadas desde cedo pelo controle férreo de um Estado interventor, e sociedades progressistas, como a norte-americana, nas quais a aparição do Estado é um fenômeno tardio, se baseia não na regra geral,

mas numa excepcionalidade no desenvolvimento ocidental. Isto é, à exceção dos Estados Unidos, a modernização nas nações desenvolvidas se completou por meio da presença e concurso do Estado interventor, que antecede em muitos casos a existência de uma sociedade nacional articulada e organizada. Assim, não haveria razões para supor que se encontra no Estado hipertrofiado e "prematuramente" consolidado a fonte de todas as mazelas brasileiras. O argumento analítico-teórico contra a tese do patrimonialismo apóia-se nas análises clássicas das formas de dominação cesaristas. Faoro descreve o domínio patrimonialista como resultado do vácuo de poder ocasionado pela inexistência de um grupo social habilitado a assumir o comando político, e nesse diagnóstico não difere fundamentalmente das análises de Marx ou Elias sobre o cesarismo. Contudo, ao contrário desses últimos autores, que vêem o cesarismo como forma transitória, Faoro trata o patrimonialismo como forma perene e imutável, fato que, conforme Souza, indica o caráter a-histórico de sua categoria analítica central: o Estado ou estamento patrimonial.

Na discussão do trabalho de DaMatta o livro atinge um de seus melhores momentos. Aqui, Souza demonstra de forma convincente que a contraposição entre a casa e a rua e seus pares correspondentes, pessoa e indivíduo — constitutiva, como se sabe, do sistema de categorias utilizado por DaMatta para descrever a singularidade brasileira —, não representa propriamente uma particularidade de nossa sociedade. Corretamente analisados, não mais como pares antinômicos, mas como dimensões complementares e interdependentes de um mesmo fenômeno, pessoa e indivíduo, casa e rua constituem traços invariáveis da individualidade e da sociabilidade modernas, como mostra, por exemplo, a fascinante genealogia do indivíduo moderno tecida por Charles Taylor. Por outro lado, recorrendo às investigações de Robert Bellah, Souza mostra que o insistente contrabando da lógica da casa para a rua, nosso suposto defeito congênito, matriz do "dilema brasileiro", encontra paralelo mesmo na sociedade americana, a representação antitética do Brasil nas análises de DaMatta.

Desse diálogo com autores brasileiros Souza extrai a tese nodal para sua interpretação da modernização brasileira, a de que a partir da Abertura dos Portos e da transferência da Família Real para o Brasil, em 1808, vive-se, no plano das instituições e dos

valores, uma verdadeira revolução burguesa. Trata-se de um processo efetivo, e não apenas aparente e superficial, de "europeização" do Brasil, com a consolidação dos dois pilares institucionais da modernidade ocidental, o Estado e o mercado, e as transformações nas relações sociais, políticas e culturais correspondentes. A partir de então, o individualismo como valor moral ter-se-ia imposto como código dominante, sobrepondo outras formas de orientação moral, como o familismo e o personalismo. Tal não significa que a sociedade se "moderniza efetivamente em todas as esferas" (p. 255); o que se tem é uma modernização seletiva: "os valores modernos e ocidentais são os únicos aceitos como legítimos" (p. 267), ao mesmo tempo que os mecanismos de integração social e política são profundamente hierarquizados. A desigualdade que resulta dessa combinação perversa ora é naturalizada e explicada pela incompetência individual de suas vítimas, ora é geradora de uma insatisfação difusa, raramente transformada em gesto político conseqüente. Nem mesmo a democratização recente teria mudado os termos dessa equação: a recente vitalização da esfera pública e a organização da sociedade civil também se realizariam sob o registro da seletividade, reproduzindo os territórios da subintegração.

Original e, no melhor sentido do termo, engenhoso, o conceito de modernização seletiva de Souza não é isento de problemas. Ainda que a idéia de que 1808 representa um marco na modernização brasileira não pareça imprópria, o amparo da tese em *Sobrados e mocambos* de Gilberto Freyre parece legar a Souza um conjunto de conseqüências indesejadas. Para Freyre, trata-se, no decorrer do século XIX, ora de uma europeização, ora de uma ocidentalização do Brasil, categorias plásticas e indefinidas o suficiente para permitir o livre trânsito entre âmbitos tão diversos como o cultural, o político, o econômico

e o institucional. Em Freyre, "europeização" denomina, indiferenciadamente, a expansão do Estado e do mercado, a incorporação de valores individualistas e mesmo as novas possibilidades abertas, ao longo daquele século, à ascensão social dos detentores de algum conhecimento instrumentalmente relevante. Quando transportada para a análise de Souza, a categoria "europeização" acaba funcionando como um correlato nem sempre adequado de conceitos sociológicos diversos e de sentido mais preciso, como racionalização, diferenciação funcional, individualização e mesmo modernização. Ora, se se trata, no caso brasileiro, não de uma perenização das marcas do "atraso", mas, com efeito, de uma modernização seletiva, é nas nuances da efetivação desse processo que devem ser buscadas nossas peculiaridades. Isto é, são precisamente a diferenciação de níveis, a análise da efetividade das instituições e o estudo do grau de internalização de determinados valores que poderão revelar os princípios e mecanismos que regulam nossa modernização seletiva. O vocabulário genérico da europeização inviabiliza tais distinções e especificações, tão caras ao próprio programa de pesquisa de Jessé Souza.

Essa última ressalva não tem certamente a intenção de diminuir a importância e a qualidade do trabalho em tela. Ao contrário, aponta para a profundidade das questões tratadas e para as pistas preciosas que o livro lega a todos aqueles imbuídos do desejo sincero de entender a dinâmica da sociedade brasileira e que estejam de acordo em abrir mão da meia dúzia de estereótipos que, em geral, utilizamos para nos auto-representar.

Sérgio Costa é professor da UFSC e pesquisador do Cebap, atualmente lecionando na Universidade Livre de Berlim. Publicou nesta revista "Teoria social, cosmopolitismo e a constelação pós-nacional" (nº 59).